

# A PELE CONTRA A PEDRA

## POLÍTICA E NACIONALISMO NA ESPANHA: OS DESDOBRAMENTOS RECENTES

Omar Ribeiro Thomaz e  
Sebastião Nascimento

### RESUMO

O artigo enfoca os recorrentes conflitos entre o governo central e as comunidades autônomas da Espanha, em particular a Catalunha e o País Basco, ao longo da gestão conservadora do primeiro-ministro José Maria Aznar. Argumenta-se que eventos como a ampla mobilização popular contra o alinhamento espanhol à campanha norte-americana no Iraque e a renovação progressista no governo catalão com as recentes eleições locais sinalizam o anseio da população por uma Espanha democrática e plural, que poderá se refletir na atuação do recém-eleito Executivo espanhol em termos de política interna e externa. Sobre esse pano de fundo, os autores desenvolvem uma discussão sobre o potencial democrático dos movimentos nacionalistas contemporâneos.

*Palavras-chave:* Espanha; País Basco; Catalunha; movimentos nacionalistas.

### SUMMARY

The article focuses on the recurrent conflicts between Spain's central government and autonomous communities, particularly Catalonia and Basque Country, throughout conservative administration of Prime Minister Jose Maria Aznar. It argues that events like the wide popular claims against Spanish alliance with American campaign in Iraq, and the progressive renovation in Catalonian government after recent local elections, indicate the population's wish for a plural and democratic Spain, that may be reflected on the policies, both internal and external, of the newly elected Spanish executive. From this background, the authors discuss the democratic potentialities of contemporary nationalist movements.

*Keywords:* Spain; Basque Country; Catalonia; nationalist movements.

Na Espanha, os meses que antecederam o atentado de 11 de março e as eleições gerais de 14 de março deste ano foram marcados por duras polêmicas que, embora incorporadas pelo debate pré-eleitoral, em muito extrapolavam a conjuntura política local, interpelando condicionantes da história recente do país e sua inserção na política internacional, dentro e fora das fronteiras da Europa. As bombas que mataram 190 pessoas e deixaram cerca de 1.500 feridos em Madri suscitaram um embate frontal entre fenômenos e fatores que pareciam até então seguir caminhos paralelos.

A tensão subitamente gerada pelo evento situou num dos extremos o próprio governo conservador, formado por mandatários que, nas palavras do cineasta espanhol Julio Medem, posavam de "autênticos guardiões das palavras de ordem unionistas e patrióticas com que a Espanha neofranquis-

ta tinha voltado a sentir-se grande", os mesmos que tinham subscrito a participação espanhola na invasão do Iraque e o bloqueio ao processo constituinte europeu. Do outro lado alinharam-se as múltiplas forças que insistiam em que não seriam a liquidação de um Estado democrático e plural e a construção de um Estado integrista e unitário que garantiriam a segurança da população contra qual fosse a ameaça em curso. Não que houvesse muita unidade desse lado da linha de confrontação, mas em face do tratamento opaco e distorcido que o governo conservador de saída dispensou aos atentados de Madri catalisaram-se novas alianças em torno de demandas por um discurso político mais transparente. É salutar que os eleitores espanhóis tenham demitido as quimeras da "Espanha grande": depois dessas eleições, sentimos um pouco, em toda parte, a grandeza plural dos povos espanhóis.

A posição adotada pelo novo governo no debate sobre a Constituição europeia não demorou muito a se revelar decisiva na superação do impasse que havia impedido um acordo sobre a configuração dos mecanismos decisórios no quadro de uma União Europeia que reforça e aprofunda seus vínculos institucionais internos. Mas ainda mais rápida e decisiva foi a restauração do compromisso da Espanha com a política internacional europeia: imediatamente após o anúncio dos resultados eleitorais, o novo primeiro-ministro, José Luis Zapatero, não precisou de mais que algumas horas para anunciar que os soldados espanhóis seriam retirados do Iraque — o que de fato ocorreu nos meses que sucederam a formação do novo governo.

Foi assim, mais num lamento que numa explosão, que a Coalizão Antiterror II se desmontava antes de completar um ano de serviços prestados. Comparada com sua versão anterior, a Coalizão Antiterror I, mobilizada em larga escala para invadir o Afeganistão, já era desde o início desconfortavelmente estreita, mas é no seu ocaso que ela se revela mais insustentável que nunca. Só o autoritarismo característico dos saudos de uma Espanha imperial, que haviam se instalado em Madri nos últimos anos, explica o fato de que o governo tenha ignorado sistematicamente o apelo das multidões contra a participação do país na guerra do Iraque: há pouco mais de um ano, milhões de espanhóis haviam saído às ruas de Madri, Barcelona, Sevilha, Bilbao, Valência e outras cidades para rejeitar o apoio incondicional do premiê José Maria Aznar aos planos bélicos norte-americanos.

Portanto, os resultados das eleições de março não podem e não devem ser interpretados como consequência da comoção dos atentados de 11 de março: longe de ter sido súbita, foi sim a demissão consciente de um governo que repetidamente havia se revelado incompatível com o avançado estágio de aprofundamento das convicções democráticas e republicanas em que se encontrava a Espanha. Cotidianamente, os cidadãos espanhóis de todas as tendências políticas e ideológicas — e de todas as nacionalidades — tinham de enfrentar a arrogância de governantes que tachavam de cumplicidade com o terrorismo (interno e externo) qualquer oposição a um governo que, se conseguiu momentaneamente garantir algum crescimento econômico ao país, caracterizou-se por um profundo desrespeito às institui-

ções democráticas e sobretudo ao desejo da esmagadora maioria da população, que manifestara nas ruas, uma e outra vez, o rechaço à intervenção no Iraque.

O mesmo tom de intransigência e deslegitimação insistentemente usado para imunizar o governo conservador ante as mobilizações populares fez-se ouvir após as eleições de fins de 2003 na comunidade autônoma da Catalunha, onde teve lugar uma inédita alternativa de poder com a coligação entre socialistas catalães, a Esquerda Republicana e a Iniciativa per Catalunya-Verds, união de partidos de esquerda e ecologistas. Em face dessa alternativa democratizante, o governo central persistiu em suas tentativas de isolar e neutralizar os partidos nacionalistas e mesmo os governos autonômicos, num processo que chegou ao extremo de pôr em xeque a própria Constituição.

A formação do governo tripartido em Barcelona fora marcada por um clima de euforia e renovação, ao afastar do núcleo do poder catalão o nacionalismo ponderado da coalizão Convergencia i Unió e vislumbrar uma alternativa de esquerda e nacionalista, incorporando em suas prerrogativas políticas uma opção catalanista que, ao afirmar o seu caráter inteiramente cívico, superava a estreiteza étnica e lingüística. Ademais, constituíra uma das forças da coalizão a Esquerda Republicana, partido que jamais abdicara de suas origens históricas independentistas e republicanas: era demais para o centralismo do Partido Popular instalado em Madri. A vocação autoritária do PP de Aznar se fez sentir rapidamente, quando dirigiu à Catalunha o tom de confrontação até então dedicado especialmente ao espectro nacionalista basco, colocando no mesmo saco os que defendiam saídas negociadas e os que haviam optado por táticas violentas.

O mesmo autoritarismo pode explicar a reação desmedida dos governistas diante do filme *Euskal pilota — larrua harriaren kontra* ("Pelota basca — a pele contra a pedra", 2003), dirigido por Julio Medem e ganhador do prêmio Goya de 2004 de melhor documentário. O filme não faz mais que articular em cenários recortados à paisagem marcante do País Basco — e também por meio deles — distintas vozes que se pronunciam sobre o conflito em torno do nacionalismo ali vivido. Contra uma representação da violência política que a assume como uma erupção inapelável, a montagem das entrevistas procura demonstrar, a partir da historicização do recurso à violência no País Basco, as etapas que levaram à radicalização e à consolidação de pólos estabilizados na medida equidistante de sua mútua intransigência. Assim, a história do conflito passa a ser a história da complementaridade entre os discursos mobilizados em torno da inegociabilidade da segurança de Estado e da inapelabilidade de fórmulas identitárias míticas, num embate que impugna a própria história e cala à força as vozes dissonantes, sobretudo aquelas que porventura se façam ouvir entre as próprias fileiras. A historicização do conflito por meio das vozes dos envolvidos, incluindo aquelas que já não se costumava mais ouvir, representa uma trincheira aberta e compartilhada por aqueles que se posicionam contra a política das intransigências.

A Espanha *una* de Aznar — fechada para si mesma mas aberta a qualquer aventura militar proposta pelo grande aliado neoconservador transatlântico, e que para fazer parte da "Nova Europa" precisava acreditar nas tarefas que o governo madrilenho lhe impunha — não podia suportar a polifonia do filme de Medem, que fala de um país plural em face e por meio de nacionalismos também plurais. Em nenhum momento o cineasta basco manifesta simpatia por aqueles que matam — tampouco oculta sua solidariedade com aqueles que morrem — de um ou de outro lado das linhas que opõem forças de segurança e militantes nacionalistas. Ele traz à tela todos os que aceitaram expor seu ponto de vista sobre o que é e o que poderia ser o País Basco: acadêmicos, jornalistas, músicos, políticos, escritores, vítimas. Só não estão presentes os que se negaram a falar, precisamente aqueles que se arvoram em pólos inegociáveis no conflito: representantes do grupo separatista ETA e do governo do PP, forças que encontraram um equilíbrio ao alimentar-se reciprocamente nas saídas autoritárias que representam.

O funcionamento desse processo recíproco ficou evidente com o atentado em Madri de 11 de março: nada parecia mais oportuno para o PP que as bombas tivessem sido detonadas por membros do ETA. Com o intuito de manter na população (pelo menos até as eleições) a convicção de que as motivações para os ataques não se associavam aos erros de sua política exterior, mas aos acertos de suas rígidas decisões na política interior, o partido lançou-se a uma vergonhosa campanha na TV estatal para afirmar, a contrapelo das evidências que se somavam, que o único culpado era o ETA. A Espanha plural esteve à beira de estilhaçar-se: a sensação dos que assistiam à TV basca ou catalã era a de viverem em outro país, diferente daquele mostrado aos que tinham um acesso preferencial à cadeia de televisão estatal. Nada pior para o PP que se comprovasse que as bombas eram consequência de uma atuação que engajara incondicionalmente o Estado espanhol numa guerra injustificável e baseada em mentiras.

Algumas das vozes do filme de Julio Medem, ecoando distintos projetos políticos que se sobrepuseram na última década, evocam a autodeterminação não como prenúncio de uma famigerada balcanização da Espanha, mas como uma saída pragmática para o conflito. Mais do que forma discursiva das demandas por autonomia, a autodeterminação poderia afinal constituir o núcleo de uma estratégia defensiva lançada *no interior do Estado*, ao qual se dirigem as demandas. A possibilidade de um aprofundamento democrático e de sua radicalização exige a compreensão de uma saída institucional na qual o Estado, em lugar de fechar o caminho à solução do conflito e de postular a vitória militar sobre o inimigo terrorista como única solução possível, possa emergir como opção estratégica para estabilizar o processo democrático, distanciando-se porém dos imperativos de uma política de segurança para a qual é imprescindível a postulação do Estado central como instância única e desejável da ação politicamente relevante.

É preciso admitir que a dinâmica política democrática pode ser mais que uma forma de vida assentada na coesão e na irrevogabilidade de suas bases simbólicas. Não cabe ao Estado ensinar uma dada identidade política

aos indivíduos ou à sociedade, e muito menos por meio da guerra, dentro ou fora das fronteiras estabelecidas. Tampouco é aceitável que o Estado rejeite uma identidade em prol de quaisquer outras, por mais (supostamente) abrangentes que sejam. As identidades nacionais não precisam ser expurgadas do discurso político pelo Estado como um atributo irreduzível e opaco. Isso corresponderia a uma avaliação da dinâmica identitária no mínimo insuficiente e no limite autoritária. É mais plausível que ela opere como uma opção feita no âmbito normativo e, portanto, generalizável de saída e em última instância negociável. A dinâmica identitária pode ocasionalmente servir como um expediente, mas jamais pode ser regulada impositivamente. Representa uma opção por acordos que tenham como base o posicionamento político em meio a uma variedade de traços culturais historicamente estabilizados e seletivamente mobilizados pelos envolvidos, desejosos e conscientes de sua capacidade de partilhá-los a cada momento sob uma configuração possivelmente distinta. Formulados em termos reativos, em resposta ao nacionalismo travestido de normalidade dos que negam a possibilidade da diferença, os nacionalismos podem se constituir na garantia da expressão de identidades plurais.

A escolha dos diversos nacionalistas da Espanha por uma demanda apresentada em termos de autodeterminação corresponde precisamente à adoção de uma saída pragmática para o conflito, buscando rearticular o arsenal simbólico da comunidade política e ao mesmo tempo legitimar o preenchimento das condições institucionais do exercício do poder. Qualquer que seja a modalidade contemplada, o equilíbrio entre direitos individualmente enunciados e objetivos políticos coletivamente articulados recorre a expedientes interinos de pacificação de conflitos e de determinação do estatuto político das coletividades envolvidas. A pergunta a ser feita, portanto, não é se bascos, catalães e outros povos se sentem mais ou menos espanhóis do que os outros. Melhor seria perguntar se a abordagem do conflito do ponto de vista da autodeterminação pode ser um instrumento razoável para assegurar uma transição institucional efetiva e democratizante no sentido de uma autonomia política dos indivíduos sempre mais ampla. Assim, a constante demanda por maior autonomia política poderia ser vista como uma forma de especificação da agenda de direitos políticos por meio da vinculação da autodeterminação à extensão de mais direitos e garantias a todos os envolvidos no processo.

A recente trajetória política catalã, em especial as últimas eleições na comunidade autônoma, revelou a existência de um outro modelo viável (tampouco ausente do debate basco): o de uma autonomia democrática e republicana, anteposta a versões inegociáveis da autoctonia. A vivacidade política (e cultural) da Catalunha em geral, e de Barcelona em particular, voltou a revelar o acanhamento de uma Madri que se quer grande. Nesse contexto, veio a público, por iniciativa do ETA, a confirmação de que Carod Rovira — *conseller en cap* (primeiro-ministro) do recém-formado governo catalão — havia mantido conversações secretas com membros do movimento separatista basco na cidade de Perpignan, na Catalunha francesa, para

negociar uma trégua circunscrita aos países catalães. Isso vinha a calhar para as vozes autoritárias e centralistas, que tinham agora razão para manter o dedo em riste e apontar que os nacionalismos afinal de contas se equivaliam, numa narrativa que seduziu as mentes mais conservadoras da própria esquerda. A seu tempo viria também a equiparação do terrorismo de todas as vertentes do nacionalismo a todos os que acreditam que a opção pelas armas não é a melhor saída para o conflito, restando apenas os centralistas autoritários como defensores da democracia. Produzir a equivalência entre qualquer reivindicação autonômica ou mesmo soberanista e a atuação violenta do ETA era uma tática que buscava desqualificar movimentos genuinamente democráticos — cujo maior pecado havia sido propor que uma plataforma democrática não precisa ser centralizante para ser legítima —, gerar uma animosidade entre os "espanhóis" e os "outros" que pudesse ser oportunamente capitalizada pelo governo central e, por fim, imunizar o Estado mediante a indiferenciação entre segurança individual e segurança de Estado.

Contudo, não há outra forma de conceber os nichos nos quais o terrorismo encontra sua eficácia política senão como uma interação entre um ativismo associado a formas difusas de rebeldia, do lado dos terroristas, e um ponto de saturação de problemas de legitimidade institucional, do lado dos aterrorizados. Por esse caminho, são duas as modalidades pelas quais os envolvidos podem compreender seu papel: segundo os termos da ação armada, assumida como única forma de ação política viável, ou segundo os termos de uma racionalização pseudopolítica da falta de saída. A linha divisória entre essas duas modalidades é tênue, mas também imprescindível, comprometendo ambos os lados, terroristas e aterrorizados. O realce dessa linha divisória deve poder fornecer uma crítica adequada das formas de liberdade historicamente existentes, sob pena de antecipar-se uma emancipação que nunca será mais que uma negação abstrata do real, jamais alcançará a radicalização ou a superação das formas atuais de liberdade: a condição das formas de liberdade existentes é ao mesmo tempo a consciência das condições positivas sob as quais se podem produzir mudanças sociais compreendidas como processos emancipatórios. De outra maneira, a percepção abstrata e indiferenciada do terrorismo responderá diretamente a uma regressão da percepção política, em direção a um sentimento de proteção de grupo que corresponde em última medida a formas chauvinistas de enfrentamento da complexidade do mundo real.

Um tal atavismo da percepção política, tornada vulnerável contra uma realidade que só pode ser percebida como totalidade delirante e opaca, obriga a uma contínua suspensão das ações políticas dirigidas contra o Estado. Saliente-se que o desenho da Constituição espanhola incorpora o conflito em torno do estatuto das autonomias no próprio jogo parlamentar: desqualificá-lo e neutralizá-lo é, no limite, pôr em xeque o próprio texto legal que possibilitou a reconfiguração institucional democrática do Estado espanhol. Esse havia sido nos últimos anos o processo promovido pelo governo conservador de Aznar, e todo juízo crítico que apelasse às promes-

sas não cumpridas do cânone republicano de direitos convertia-se em hostilidade à vida da comunidade. Dessa forma, a comunidade política desobrigava-se de reconhecer no terrorismo uma imagem simétrica de seus próprios problemas não resolvidos: eliminando a possibilidade de diálogo, podia afinal deslocá-los e solucioná-los mediante uma pacificação que não seria mais que silenciamento, ao mesmo tempo, do Estado e de seus inimigos.

Seria talvez oportuno redefinir o espectro político adotando como critério, em lugar do alinhamento às iniciativas coercitivas dos Estados Unidos, a relação que as forças políticas guardam com as formas democráticas e plurais de autodeterminação. Uma defesa nesses termos contra as ações violentas de qualquer vanguarda política autoproclamada, em qualquer dos campos extremos do embate, seria possivelmente a maneira mais eficaz de erradicar o terror. As garantias institucionais não podem ser abandonadas ao longo do caminho em nome de um objetivo supremo de pacificação, pois a organização de demandas em formas justas não é acidental nem muito menos representa uma concessão do poder estatal aos indivíduos, constituindo antes de mais nada uma forma necessária de articular a linguagem política — talvez a única forma de linguagem política que permita suplantar a coerção.

Recebido para publicação em 22 de junho de 2004.

Omar Ribeiro Thomaz é professor de Antropologia da Unicamp e pesquisador do Cebrap. Sebastião Nascimento é doutorando em Sociologia na Universidade de Flensburg (Alemanha) e assistente de pesquisa do Cebrap.

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
N.º 69, julho 2004  
pp. 41-47

---